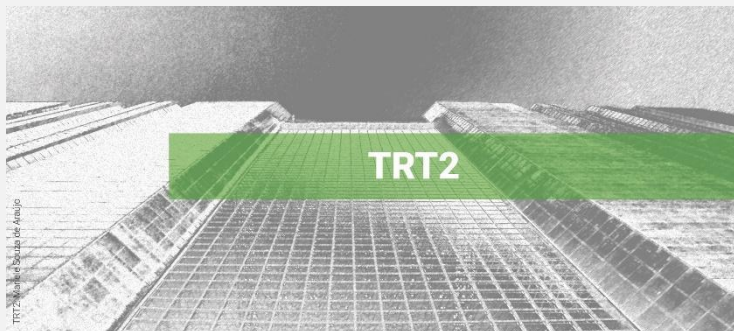


INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana

N. 32

Período: 10 a 14 ago. 2026



Comunicado n. 6/GP, de 13 de agosto de 2026
Altera o Comunicado n. 2/GP, de 24 de janeiro de 2025, para alterar membros da Subseção Especializada em Uniformização da Jurisprudência Regional I - SUR-I, do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Edital de concurso de remoção n. 11, de 5 de agosto de 2026. Proad n. 37855/2026

Comunica abertura de concurso de remoção para provimento do cargo de Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Itaquaquecetuba.

Ato n. 46/GP, de 7 de agosto de 2026

Institui, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, o Programa de Preparação para a Aposentadoria – PPA-TRT2 e o Programa de Valorização na Aposentadoria – PVA-TRT2, e dá outras providências.

Portaria n. 19/GP.CR, de 7 de agosto de 2026

Determina a suspensão das atividades presenciais, incluindo expediente, atendimento ao público e audiências no Fórum Trabalhista de Cubatão, na forma que especifica.

Portaria n. 41/DGA, de 11 de agosto de 2026

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 42/DGA, de 11 de agosto de 2026

Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Ato n. 47/GP, de 12 de agosto de 2026

Institui Grupo de Trabalho para Revisão do Guia para Contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Tribunal Superior do Trabalho

Resolução Administrativa n. 2.962/TST, de 3 de agosto de 2026

Institui a nova Cadeia de Valor do Tribunal Superior do Trabalho.

Resolução Administrativa n. 2.977/TST, de 7 de agosto de 2026

Altera o Ato Conjunto n. 63/TST.CSJT.GP, de 11 de outubro de 2024, que regulamenta a prestação de serviço extraordinário no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ato n. 87/CSJT.GP.SG, de 4 de agosto de 2026

Altera, para o mês de agosto de 2026, o prazo previsto no art. 5º do Ato n. 72/CSJT.GP.SG, de 26 de junho de 2026, que regulamenta o art. 5º, VII da Resolução n. 445/CSJT, de 26 de junho de 2026, que dispõe sobre a assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, para dispor sobre os requisitos e procedimento para reembolso das despesas médicas e odontológicas.

Ato Conjunto n. 44/TST.CSJT.GP.SG, de 7 de agosto de 2026

Designa os integrantes do Comitê Nacional do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (CNDEJT).

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT

Edital de Retificação de Cronograma da Chamada Pública Especializada n. 1/ENAMAT: seleção de pesquisadores e pesquisadoras, de 7 de agosto de 2026

Altera o cronograma do processo seletivo relativo à Chamada Pública Especializada n. 1/ENAMAT, de 19 de maio de 2026, que torna pública a abertura das inscrições do processo seletivo para seleção de pesquisadores e pesquisadoras para realização de pesquisa científica.

Congresso Nacional

Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 72, de 2026

Faz saber que a Medida Provisória n. 1.366, de 12 de junho de 2026, que altera a Lei n. 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei n. 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe; a Lei n. 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - FIIS; a Medida Provisória n. 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei n. 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, teve sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Advocacia-Geral da União

Orientação Normativa n. 108/AGU, de 7 de agosto de 2026

É possível a Administração realizar diligências visando a obtenção de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta que venham atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, ainda que não tenham sido apresentados, no momento adequado, por equívoco ou

falha, desde que tal faculdade esteja devidamente prevista expressamente e disciplinada no instrumento convocatório que deverá estabelecer prazo para envio da documentação, bem como identificar quais situações poderão ser objeto de aferição.

Ministério da Previdência Social

Instrução Normativa n. 212/PRES.INSS, de 6 de agosto de 2026

Altera a Instrução Normativa n. 128/PRES.INSS, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.

Conselho Federal de Biomedicina

Resolução n. 427/CFBM, de 10 de agosto de 2026

Dispõe sobre a regulamentação, as competências e as atribuições do Profissional Biomédico na cadeia produtiva, analítica, de pesquisa e de acompanhamento clínico-laboratorial da Cannabis para fins medicinais e científicos, e dá outras providências.

Conselho Federal de Educação Física

Resolução n. 636/CONFEF, de 10 de agosto de 2026

Dispõe sobre a atuação do Profissional de Educação Física no âmbito dos Esportes Eletrônicos (e-Sports) e dá outras providências.

Conselho Nacional de Justiça

Portaria n. 367/CNJ, de 12 de agosto de 2026

Atualiza portarias de colegiados do Conselho Nacional de Justiça.

Conselho da Justiça Federal

Resolução n. 991/CJF, de 12 de agosto de 2026

Institui a Política de Gestão em Saúde Mental no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Conselho Federal de Farmácia

Resolução n. 7/CFF, de 30 de julho de 2026

Dispõe sobre a atuação do farmacêutico como responsável técnico pelas atividades relacionadas ao cultivo, à produção de material vegetal, à colheita, ao beneficiamento primário, ao armazenamento, e ao sistema de qualidade de Cannabis, desde que legalmente permitidos e autorizados para fins medicinais, farmacêuticos e científicos, e dá outras providências.

Resolução n. 8/CFF, de 30 de julho de 2026

Dispõe sobre as condições e as atribuições do farmacêutico na prática da acupuntura, e dá outras providências.

Resolução n. 9/CFF, de 30 de julho de 2026

Altera a Resolução n. 730/CFF, de 28 de julho de 2022, que regulamenta o exercício profissional nas farmácias das unidades de saúde em quaisquer níveis de atenção, seja, primária, secundária e terciária, e em outros serviços de saúde de natureza pública ou privada.

Resolução n. 10/CFF, de 30 de julho de 2026

Inclui o § 5º no art. 3º da Resolução n. 15/CFF, de 20 de agosto de 2025, que dispõe sobre as atribuições e a responsabilidade técnica do profissional farmacêutico na assistência ao aleitamento humano e no desempenho de outras atividades profissionais em Bancos de Leite Humano (BLH) e em Postos de Coleta de Leite Humano (PCLH).



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Avenida Paulista, 2064 - 20º andar - Centro
CEP: 01310-200 - São Paulo/SP
Tel: (11) 3150-2314

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal